



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ATO Nº 151/2018

Disciplina os atos eletrônicos de citações e intimações, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, destinadas aos entes públicos da administração indireta da União, do Estado do Rio de Janeiro, dos Municípios e as empresas de personalidade jurídica de direito privado, em atendimento ao artigo 17 da Resolução CSJT Nº 185/2017.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 17 da Resolução Nº 185, de 24 de março de 2017, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, que determina que, no processo eletrônico, as citações, intimações e notificações, inclusive as destinadas à União, Estado e Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público serão feitas por meio eletrônico, sem prejuízo da publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT) nas hipóteses previstas em lei;

CONSIDERANDO os princípios da celeridade e efetividade processual, previstos no artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que, neste Tribunal, cem por cento das ações trabalhistas são distribuídas e autuadas no sistema Processo Judicial eletrônico – PJe;

CONSIDERANDO que o artigo 272 do Código de Processo Civil prevê que “quando não realizados por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial”;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

CONSIDERANDO que o Ato Nº 109/2017, de 13 de setembro de 2017, disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 14 de setembro de 2017, já regulamentou os atos eletrônicos de citações e intimações, no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, destinadas aos entes da administração direta, suas fundações e autarquias; e que a segunda parte do parágrafo 2º do artigo 246 do Código de Processo Civil direciona o previsto no § 1º do mesmo artigo também para os entes públicos da administração indireta da União, dos Estados e dos Municípios;

CONSIDERANDO o que dispõem os artigos 5º e 9º da Lei Nº 11.419/2006, de 19 de dezembro de 2006, e o §1º do artigo 246 do Código de Processo Civil, que tratam das citações por meio eletrônico; e

CONSIDERANDO que o §1º do artigo 1º da Lei nº 11.419/2006, de 19 de dezembro de 2006, aplica-se indistintamente aos processos trabalhistas,

RESOLVE:

Art. 1º No processo eletrônico, as citações destinadas aos entes públicos da administração indireta da União, Estados e Municípios (sociedades de economia mista e empresas públicas) que têm atuação na jurisdição deste Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e as demais empresas de personalidade jurídicas de direito privado, com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, na forma do §1º do artigo 246 do Código de Processo Civil, serão feitas por meio eletrônico, via sistema do Processo Judicial Eletrônico – PJe, e as demais notificações e intimações por meio de publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Art. 2º A identificação no sistema PJe dos entes públicos da administração indireta e das empresas de personalidade jurídicas de direito privado, referidos no *caput* do artigo anterior, será feita pelo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) respectivo.

Art. 3º As citações destinadas aos entes públicos da administração indireta e às empresas de personalidade jurídicas de direito privado a que se refere o *caput* do artigo anterior serão realizadas perante os órgãos responsáveis por sua representação processual, que serão considerados como procuradoria para o fim deste Ato.

Parágrafo único. Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias.

Art. 4º Os entes públicos da administração indireta e as empresas de personalidade jurídicas de direito privado tratadas neste Ato deverão informar a este Tribunal, através do ofício modelo constante do anexo I ou anexo II, conforme o caso, os responsáveis por sua representação processual, com os respectivos CNPJ's dos entes por eles representados.

§ 1º O ofício mencionado no *caput* deverá ser remetido para o endereço eletrônico: **procuradoria@trt1.jus.br**.

§ 2º A relação dos entes públicos da administração indireta e as empresas de personalidade jurídicas de direito privado tratadas neste Ato, seus CNPJ's com o respectivo órgão de representação processual, para que se dê cumprimento ao artigo 17 da Resolução Nº 185, de 24 de março de 2017, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, será publicada regularmente no portal deste Tribunal para consulta.

A blue ink signature, appearing to be a stylized 'R' or similar character, located at the bottom right of the page.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Art. 5º As unidades judiciárias deste Tribunal deverão promover os ajustes necessários para que os entes públicos da administração indireta e as empresas de personalidade jurídica de direito privado tratadas neste Ato, a que o artigo primeiro faz menção, estejam corretamente inseridos nos processos, de modo a viabilizar o cumprimento do presente ato normativo.

Art. 6º Ficam revogados o Ato Nº 62/2018, de 14 de março de 2018, e o Ato Nº 136/2018, 10 de agosto de 2018.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2018.

FERNANDO ANTONIO ZORZENON DA SILVA
Desembargador Presidente do Tribunal
Regional do Trabalho da 1ª Região



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

ANEXO I

OFÍCIO-MODELO A SER REMETIDO AO PRESIDENTE DO TRT

Ofício n. **xx/xxxx**

<CIDADE>, **xx** de **xxxxxx** de **xxxx**.

A Sua Excelência o Senhor
Desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Ato Nº 151/2018 deste E. Tribunal, encaminho a Vossa Excelência os dados abaixo dos Procuradores representantes deste órgão para cadastro e atuação como administradores no sistema de intimação eletrônica, bem como daqueles que detêm prerrogativa de recebimento de notificações, a serem vinculados aos processos eletrônicos em trâmite nesse TRT - 1ª Região.

Nome do ente público da administração indireta:

Endereço (CEP, número e complemento):

E-mail do(s) advogado(s) responsável ou departamento jurídico:

Nome do ente público:

Tipo de pessoa jurídica (sociedade de economia mista / empresa pública/ da União, do Estado ou do Município):

CNPJ:

E-mail do ente público:

Endereço (CEP, número e complemento).

Procurador/departamento jurídico gestor:

Nome do procurador/departamento jurídico gestor:

E-mail do procurador gestor/departamento jurídico gestor:

CPF:

Endereço (CEP, número e complemento) do procurador gestor/departamento jurídico gestor:

Sexo:

Data de nascimento:

Nome da genitora do advogado gestor:

UF de nascimento:

Naturalidade:

Respeitosamente,



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

ANEXO II

OFÍCIO-MODELO A SER REMETIDO AO PRESIDENTE DO TRT

Ofício n. **xx/xxxx**

<CIDADE>, **xx** de **xxxxxx** de **xxxx**.

A Sua Excelência o Senhor
Desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva
Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Ato Nº 151/2018 desse E. Tribunal, encaminho a Vossa Excelência os dados abaixo dos representantes desta empresa para cadastro e atuação como administradores no sistema de intimação eletrônica, bem como daqueles que detêm prerrogativa de recebimento de notificações, a serem vinculados aos processos eletrônicos em trâmite nesse TRT - 1ª Região.

Nome da empresa:

Endereço (CEP, número e complemento):

CNPJ:

E-mail:

Nome do representante:

OAB:

E-mail:

CPF:

Endereço (CEP, número e complemento) do representante:

Sexo:

Data de nascimento:

Nome da genitora do advogado:

UF de nascimento:

Naturalidade:

Respeitosamente,

